

STJ00097347

Hugo de Brito Machado Segundo

# PROCESSO TRIBUTÁRIO

7ª Edição

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2004 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2004; 2. ed. 2006; 3. ed. 2008; 4. ed. 2009; 5. ed. 2010;  
6. ed. 2012; 7. ed. 2014



Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Machado Segundo, Hugo de Brito  
Processo tributário / Hugo de Brito Machado Segundo. – 7. ed. –  
São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8614-4

ISBN 978-85-224-8615-1 (PDF)

1. Direito tributário – Brasil 2. Processo (Direito) – Brasil I. Título.

04-4184

CDU-347.9:336.2(81)

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Processo tributário : Direito 347.9:336.2(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br

883547

# SUMÁRIO

*Prefácio*, xi

*Nota à sétima edição*, xv

*Nota à sexta edição*, xvii

*Nota preliminar*, xix

## 1 NOÇÕES FUNDAMENTAIS, 1

### 1 O Direito e o processo, 1

#### 1.1 O Direito, 1

#### 1.2 O Estado, o Direito Público e o Direito Tributário, 2

#### 1.3 O processo, 4

#### 1.4 Outros significados da expressão *processo*. Processo e procedimento, 6

## 2 PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO PROCESSO TRIBUTÁRIO, 13

### 1 Conceito de princípio jurídico, 13

### 2 Papel dos princípios jurídicos na atual Teoria Geral do Direito, 14

### 3 Princípios gerais, 15

#### 3.1 Relação processual como relação jurídica, submetida a princípios, 15

#### 3.2 Justiça, 17

#### 3.3 Segurança jurídica, 19

#### 3.4 Isonomia, 19

#### 3.5 Legalidade, 21

#### 3.6 Razoabilidade, 22

- 3.7 Proporcionalidade, 22
  - 3.8 Publicidade, 24
  - 4 Princípios vetores da condução de procedimentos administrativos, 26
    - 4.1 A peculiar classificação do “mero procedimento”. Atividade administrativa típica, 26
    - 4.2 Oficialidade, 28
    - 4.3 Inquisitorialidade, 28
    - 4.4 Cientificação, 29
    - 4.5 Busca pela verdade real, 29
    - 4.6 Subordinação hierárquica, 32
    - 4.7 Dever de fundamentação, 33
  - 5 Princípios do processo, 33
    - 5.1 Princípios inerentes aos processos administrativo e judicial, 33
    - 5.2 Princípios peculiares ao processo administrativo, 41
    - 5.3 Princípios peculiares ao processo judicial, 47
  - 6 Quadro esquemático, 52
- 3 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, 54
- 1 Espécies e fundamentos, 54
  - 2 Lançamento tributário, 56
    - 2.1 Noções iniciais, 56
    - 2.2 As várias espécies de lançamento, 57
    - 2.3 O procedimento preparatório do lançamento por declaração, 58
    - 2.4 O procedimento preparatório do lançamento por homologação, 59
    - 2.5 O procedimento nos casos de lançamento de ofício, 61
    - 2.6 O ato de lançamento. Natureza e requisitos, 78
    - 2.7 Apreensão de mercadorias e devido processo legal, 84
    - 2.8 A decadência do direito de a Fazenda Pública efetuar o lançamento, 85
  - 3 Processo de controle interno da legalidade administrativa, 107
    - 3.1 Noções iniciais, 107
    - 3.2 As várias etapas do processo administrativo fiscal. Disciplinamento normativo, 134
    - 3.3 Prazo para conclusão do processo administrativo, 184
    - 3.4 Inscrição em dívida ativa, 190

- 4 Outras espécies de procedimentos, de atos e de processos administrativos de controle da legalidade destes, 192
  - 4.1 Reconhecimento de isenções ou imunidades, 192
  - 4.2 Homologação de compensações ou deferimento de restituições, 196
  - 4.3 Deferimento de parcelamento, 205
  - 4.4 Conclusão do procedimento e a possibilidade de impugnação, 208
  - 4.5 Consulta fiscal, 208
  
- 4 PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO, 217
  - 1 Noções Gerais, 217
    - 1.1 Conceito, 217
    - 1.2 As várias espécies de tutela jurisdicional, 219
    - 1.3 Formalidade e formalismo. Instrumentalidade e proporcionalidade, 221
    - 1.4 Ações de iniciativa do Fisco e ações de iniciativa do contribuinte, 224
  - 2 Ações de iniciativa do fisco, 225
    - 2.1 Execução fiscal, 225
    - 2.2 Cautelar fiscal, 315
  - 3 Ações de iniciativa do contribuinte, 321
    - 3.1 Legitimidade ativa *ad causam* nas ações de iniciativa do contribuinte, 321
    - 3.2 Embargos do executado, 336
    - 3.3 Mandado de segurança, 348
    - 3.4 Ação anulatória de lançamento, 398
    - 3.5 Ação declaratória, 411
    - 3.6 Ação de repetição do indébito, 428
    - 3.7 Ação cautelar e as chamadas “tutelas de urgência”, 467
    - 3.8 Ação de consignação em pagamento, 487
    - 3.9 Honorários advocatícios de sucumbência, 496
    - 3.10 A prova no processo judicial, 506
    - 3.11 O Simples Nacional e o processo tributário, 511
  - 4 Ações de controle de constitucionalidade, 513
    - 4.1 O controle de constitucionalidade pelo Judiciário, 513
    - 4.2 Controle “difuso” e controle “concentrado” de constitucionalidade, 513
    - 4.3 Ação direta de inconstitucionalidade, 516

- 4.4 Ação declaratória de constitucionalidade, 517
- 4.5 *Jura novit curia* e as ações de controle concentrado de constitucionalidade, 519
- 4.6 Participação de terceiros na ADIn e na ADC, 520
- 4.7 Controle concentrado de constitucionalidade e leis municipais, 520
- 4.8 Medida cautelar nas ações de controle concentrado de constitucionalidade, 523
- 4.9 Efeitos da decisão que declara, em tese, a inconstitucionalidade de ato normativo, 524
- 4.10 A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), 528
- 5 Ações da coletividade, 532
  - 5.1 Ação popular, 532
  - 5.2 Ação civil pública, 536

*Bibliografia*, 539

*Índice remissivo*, 559

*Índice onomástico*, 565